

VFEYERABEND E BOURDIEU: pensamentos diferentes e objetivos comuns

FEYERABEND AND BOURDIEU: different thoughts and objectives

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva ¹

mharrich@uol.com.br

Resumo

O presente ensaio se constitui de uma tentativa de aproximação epistemológica entre Pierre Bourdieu e Paul Feyerabend na medida em que cada um, em sua área específica de conhecimento, promoveu novas possibilidades para o desenvolvimento da investigação científica e também na forma pela qual o cientista pode compreender seu objeto de estudo. Cada um à sua maneira procurou apontar novas questões em torno da ciência e do tratamento de seu objeto. Contemporâneos do século XX, passaram pelos principais eventos sociais, políticos e culturais do período. A inquietude de ambos os levou a romper barreiras e a produzir críticas em torno das visões tradicionais de suas áreas de estudo. Dessa forma, nos propomos, dentro das devidas circunscrições, apontar a proximidade entre estes autores uma vez que foram figuras relevantes não só para o meio acadêmico, através das obras e estudos produzidos, mas também por suas atitudes encorajadoras de ver o conhecimento e produzi-lo a partir de novos caminhos.

Palavras-chave: Bourdieu, Feyerabend, epistemologia, rupturas.

Abstract

This essay is an attempt to epistemological proximity between Pierre Bourdieu and Paul Feyerabend in that each, in their specific area of knowledge, promoted new possibilities for the development of scientific research and the way in which the scientist can understand their subject. Each in his own way sought to point to new questions around the science and treatment of its subject. Contemporary twentieth century became the main social events, political and cultural period. The unrest led to both break down barriers and to produce visions of criticism surrounding their traditional areas of study. Thus, we propose, within the appropriate constituencies, point the proximity between these authors since figures were relevant not only to academia through the works and studies produced, but also by their attitudes encouraging to see the knowledge and produce it from new ways.

Keywords: Bourdieu, Feyerabend, epistemology, ruptures.

1. TRAJETÓRIAS DIFERENTES E OBJETIVOS COMUNS

Esta reflexão se constitui de um breve ensaio, um exercício teórico que caracteriza-se como um ponto de partida para análise articulada de dois autores que são protagonistas de debates extensos sobre suas “novas metodologias” e “percepções” do papel do cientista, ainda que este seja o sociólogo, no caso de Bourdieu. Portanto, não temos a pretensão de finalizarmos o presente debate, mas, ao contrário, procuramos apontar indicações embrionárias que se remetem a pensamentos diferentes, mas os quais produziram rupturas e resultaram no aprofundamento da reflexão sobre o papel do pesquisador e sua relação com o objeto investigado. Para tanto, os autores serão apresentados separadamente para que seus principais elementos conceituais sejam entendidos a partir de suas áreas de atuação.

Na perspectiva bourdieusiana, procuramos desenvolver uma análise acerca do rompimento das fronteiras sociológicas promovidas por Pierre Bourdieu uma vez que este procurou extrapolar diversas posições cristalizadas nos estudos promovidas pelo campo das ciências sociais. Para isto, se torna relevante a reflexão de suas principais categorias teóricas como campo, habitus, jogo e *illusio*; conceitos estes que trazem novas possibilidades de apreciação em relação aos objetos sociológicos.

Do ponto de vista feyerabendiano, destacar-se-á que seu posicionamento científico produziu

idéias as quais não foram constituídas como barreiras, mas, ao contrário, brotaram justamente pelo questionamento acerca da própria ciência, resultando em uma epistemologia anarquista, fundada na concepção do “vale tudo” para construção de teorias científicas.

Nesse sentido, dentro de suas especificidades, os autores destacam-se pela capacidade de rompimento de barreiras: de um lado, as construídas pela Ciência em geral (Feyerabend) e, de outro, as cristalizadas pelas Ciências Sociais desde o século XIX (Bourdieu). Além disso, ambos se preocuparam com a ciência em sua época e, também, com a descaracterização do saber, daí a necessidade de se construir novas perspectivas de abordagem científica no sentido de que produzam inovações nas formas de apropriação dos objetos de estudo, não mais limitadas por abordagens restritas e já legitimadas.

2. PRINCIPAIS ASPECTOS DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

Pierre Bourdieu nasceu em Deguin, na França, em 1930. Seus pais e avós eram agricultores da região. Partilhou seus primeiros anos de estudo com jovens de também origem simples como filhos de camponeses, comerciantes e operários. Terminando os ensino médio, recebeu uma bolsa de estudos pelo seu desempenho estudantil, tornando-se aluno da *École Normale Supérieure*, onde direcionou suas disciplinas para a Filosofia, área pela qual acreditava que iria desenvolver sua

vida docente.

Em sua graduação estudou Lógica e História da Ciência. Ao se formar, ministrou aulas na área de Filosofia. Em 1955, foi chamado para prestar serviços ao exército Frances. Neste mesmo ano transferiu-se para a Argélia, onde participou de uma missão de pacificação desta colônia. Esta viagem de trabalho marcaria o seu futuro acadêmico e também o rumo de suas preocupações sociais, pois “despertou seu interesse pela sociedade argelina, de um ponto de vista político e científico, e promoveu, na prática, sua conversão da filosofia para a Ciência Social.” (WACQUANT, 2002, p. 96)

Ao estudar a sociedade Kabila, na Argélia, Bourdieu necessariamente aproximou-se da Antropologia e Estatística para analisar os resultados da interferência do capitalismo no comportamento deste povo. Lecionou na Universidade de Algiers durante a década de 60. Retornando à Paris em 1963, tornou-se professor assistente na Sorbone nas áreas de Sociologia Clássica, Antropologia e Sociologia Norte-americana.

Nesta época, desenvolvia paralelamente uma postura de professor e pesquisador, pois ainda se detinha sobre os dados coletados na Argélia; os quais foram fundamentais para decretar a necessidade da construção teórica em meio à análise empírica. Conforme informa Martins (1994, p. 180), as idéias teóricas mais relevantes de Bourdieu “foram elaboradas na prática e pela prática da pesquisa empírica, no momento da realização de uma entrevista ou da codificação

de um questionário.” Este contexto também faz de Bourdieu o Diretor de Estudos da École des Hautes Études em Sciences Sociales, fundando paralelamente o Centre Européen de Sociologie; o qual trabalhou por 30 anos desenvolvendo estudos sobre questões como cultura, poder, desigualdades sociais e processos de dominação.

Pierre Bourdieu produziu várias obras ao longo dos seus 71 anos de vida, consagrando-se como pensador contemporâneo das Ciências Sociais que “tem sido conduzido a ultrapassar as fronteiras convencionais existentes entre as ciências sociais, percebidas por ele como um produto arbitrário, oriundo da reprodução escolar e destituída de fundamentos epistemológicos.” (MARTINS, 1994, p. 179)

O autor é reconhecido atualmente como um dos intelectuais que procurou romper pressupostos tradicionais da Sociologia, descartando de sua análise dicotomias tradicionais da Ciência Sociais como sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, teoria/prática... ultrapassando, dessa forma, os limites formais e familiares da análise sociológica que se constitui no século XIX com Comte, Durkheim, Weber e Marx. Assim, como superação de tais categorias, Bourdieu se propões a avançar em uma análise sociológica que busque as regularidades objetivas e também procure perceber como ocorre seu processo de interiorização. “A obediência incondicional a um organon de regras lógicas tende a produzir um efeito de ‘fechamento prematuro’ fazendo desaparecer, (...), ‘a elasticidade nas

definições’, (...), ‘a disponibilidade semântica dos conceitos’ que, pelo menos em certas fazes da história de uma ciência ou do desenrolar de uma pesquisa, constituem uma das condições da invenção.” (BOURDIEU; CHAOEREDON; PASSERON, 2005, p. 18)

Assim, este novo olhar se coloca com o objetivo de avançar no que Bourdieu chama de “categorias do pensamento impensado”, pois aponta para a necessidade de perceber o mesmo objeto de uma forma diferente, não mais a partir de uma apreensão familiar, mas através de uma análise passível de ser reflexiva à lógica das Ciências Sociais de forma mais ampla. Assim, ele “concebia uma Ciência Social unificada como um ‘serviço público’ cuja missão é ‘desnaturalizar’ e ‘desfatalizar’ o mundo social e ‘requer condutas’ por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas a fazerem o que fazem, serem o que são, e sentirem da maneira como sentem.” (WACQUANT, 2002, p. 100)

Em se tratando da formulação do objeto de pesquisa, Bourdieu enfatiza que sua escolha supõe a construção de um sistema coerente de representações, descartando as influências geradas pela posição do pesquisador no interior do campo ao qual se encontra, ou seja, sua posição acadêmica. Afinal, o autor “insiste que uma das principais fontes de erros nas ciências sociais diz respeito a uma relação incontrolada que o pesquisador mantém com seu objeto de estudo, ignorando tudo aquilo que a visão do objeto deve à posição ocupada

pelo investigador no espaço social e no interior do próprio campo científico, e com isso prejudicando seu desvendamento e seu tratamento adequado.” (MARTINS, 1994, p. 179)

A possível saída para a interferência da posição do sociólogo na construção e análise de seu objeto passa pela necessidade de “proceder-se a uma objetivação do próprio campo da produção cultural.” (MARTINS, 1994, p.179) Para Bourdieu, quando o objeto possui uma proximidade mais direta com o observador, ou seja, quando objeto também diz respeito à questões que fazem parte da vida do investigador, é importante que se aprofunde, ainda mais, uma “vigilância reflexiva”. Essa vigilância objetiva opera uma ruptura seja com as representações espontâneas, seja com as crenças íntimas, dos profissionais do pensamento, seja com a doxa que estrutura algumas posições e tomadas de posição no campo das ciências sociais, problematizando a relação ‘natural’ que o investigador estabelece com o universo estudado.” (MARTINS, 1994, p. 179)

Outro elemento fundamental na concepção sociológica de Bourdieu é o conjunto de indicações que procuram realizar análises delimitadas e não de amplas generalizações, contrapondo-se às grandes categorias formuladas pelos clássicos da Ciências Sociais que objetivavam apreender uma realidade ampla e torná-la capaz de ser utilizada em qualquer outra realidade; daí suas reflexões específicas acerca de questões diferentes para compreensão de uma dada realidade social. E, segundo Martins,

para Bourdieu, a Sociologia tem como função “compreender o mundo social, a começar pelas relações de poder nele existentes. (1994, p. 181)

A dimensão e possibilidade de crescimento teórico relacionado ao momento da pesquisa empírica, apontada por Bourdieu, retratam outra perspectiva de investigação específica nas Ciências Sociais, pois se coloca ao contrário de algumas correntes de análise que priorizam a questão teórica em detrimento de sua realidade empírica. Ou, então, quando a análise da realidade perdeu seu contingente teórico-científico revelando-se apenas como uma narrativa jornalística de comportamentos e acontecimentos sociais, destituída de reflexão teórica. “Bourdieu insiste na recusa de produzir um discurso geral sobre o mundo social, alertando que a teoria não deve constituir um discurso especulativo.” (MARTINS, 1994, p. 180) Conforme revela Bourdieu, em um de seus textos na obra *A Miséria do Mundo*, o espaço ocupado pelos jornalistas ao produzirem explicações do mundo social pode resultar em análises imprudentes nas quais seus resultados podem ser ainda mais devastadores:

Os jornalistas, submetidos às exigências que as pressões ou as censuras de poderes internos e externos fazem pesar sobre eles, e sobretudo a concorrência, portanto a urgência, que jamais favoreceu a reflexão, propõem muitas vezes, sobre os problemas mais candentes, descrições e análises mais apressadas, e amiúde imprudentes; e o efeito que produzem, tanto no universo intelectual, como no universo político, é ainda mais pernicioso, às vezes, porque estão em condição de se fazer valer mutuamente e de controlar a circulação dos discursos concorrentes, como os da ciência social. (BOURDIEU, 1999, p. 733)

Nesse sentido, temos, neste autor, uma preocupação fundamental com a própria ciência social, trazendo para si as condições de apontar explicações coerentes sobre a realidade concreta. Uma vez que a recusa de extremidades resulta em novas possibilidades para a investigação sociológica, Bourdieu assinala que o sociólogo deve ser capaz de apreender a realidade e, ao mesmo tempo, de produzir explicações teóricas também coerentes e correlacionadas a essa própria realidade.

Assim, podemos dizer que o presente autor considera que “todo ato de pesquisa é simultaneamente empírico (que se volta ao mundo dos fenômenos observáveis) e teórico (que se engaja necessariamente a hipóteses concernentes as estruturas subjacentes das relações encontradas na pesquisa).” (BOURDIEU; WACQUANT, 2004)

Diante destas novas perspectivas, Bourdieu desenvolve conceitos estratégicos aos quais podem ser reportados para realidades diversas, mas ao mesmo tempo não deixam de manter suas especificidades dos objetos de estudo, ou seja, em termos gerais, estes conceitos podem ser adaptados para o entendimento de realidades diferentes e permitem, paralelamente, compreender estas realidades por suas próprias características. Um dos conceitos mais importantes é o de campo. Assim, considera que “um campo pode ser definido como uma configuração de relações objetivas entre posições de força ocupadas pelos agentes ou instituições em função da situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes

espécies de capital, cuja posse e volume tendem a comandar as estratégias pelas quais os ocupantes dessas posições busquem conservar e/ou melhorar suas posições dentro da hierarquia ali existente.” (MARTINS, 1994, p.180)

Em outras palavras, pode-se dizer que o campo se coloca como um universo particular tendo suas próprias leis e estrutura de funcionamento, seus próprios agentes e as posições ocupadas por estes dentro de uma dinâmica própria, embora possa ser compreendido em realidades diferentes. Nessa perspectiva, MARTINS (1994, p. 180) afirma que:

A noção de campo tem permitido a Bourdieu construir e pensar objetos fenomenalmente diferentes como semelhantes no nível de sua estrutura e funcionamento, uma vez que para ele os diferentes campos possuem leis de funcionamento invariantes, de tal modo que quando se investiga ou se constrói um novo campo através de procedimentos empíricos, descobre-se que há propriedades específicas próprias de um universo particular, contribuindo ao mesmo tempo para o conhecimento daquele campo e dos mecanismos gerais de funcionamento dos campos.

Como exemplo deste conceito, em sua obra Usos sociais da ciência (2004), Bourdieu faz uma análise do campo científico tendo como objeto a análise do Institut National de La Recherche Agronomique – Paris (INRA). “O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve.” (BOURDIEU, 2004, p. 21)

Segundo o autor, o conceito de campo tem como função “designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis

próprias.” (BOURDIEU, 2004, p. 20)

Outro aspecto fundamental da abordagem sobre a “autonomia do campo é sua capacidade de refratar [itálico do autor], retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas.” (BOURDIEU, 1994, p. 22)

Ainda no que diz respeito à apropriação do conceito de campo, temos o conceito de campo político como um conceito ao qual pode ser utilizado em contextos específicos:

...o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. (BOURDIEU, 2002, p. 165)

Quanto à posição dos agentes no interior do campo, devemos pensar fundamentalmente na forma pela qual os agentes se relacionam, pois é esta condição que determina no jogo quem irá estabelecer as regras do mesmo, bem como a posição ocupada por cada agente e seu respectivo nível de poder.

Nas palavras de BOURDIEU (2004, p. 23) temos a seguinte questão:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determinam o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, o que diz ou faz uma agente engajado num campo (...) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos de onde ele fala’...

Afinal, “o campo não é uma estrutura morta, mas, ao contrário, constitui um espaço de conflito e concorrência, um local de relações de forças e de lutas objetivando transformar essas relações, estando portanto em contínuo movimento histórico.” (MARTINS, 1994, p. 181) Relacionando ao conceito de campo, temos o conceito de jogo, que indica o andamento das relações no interior do campo, isto é, a forma pela qual é possível o agente se posicionar, ou melhor, agir.

Pierre Bourdieu pensa o jogo nas disposições e posições subjetivas. Cada etapa do jogo é uma articulação definida a partir das disposições do próprio jogo. No que diz respeito à participação no jogo, os agentes conseguem identificar sua vantagem em estar no jogo, daí alguns permanecerem neste campo ainda que não consigam ao menos vislumbrar uma ascensão política.

...todos os que têm o privilégio de investir no jogo (...), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate de simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito no facto de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderosos do que todos os acordos abertos ou secretos.” (BOURDIEU, 2002, p. 173)

O fato dos agentes terem claro a importância de participar no jogo faz com que procurem também identificar quais são as ações e disposições do outro para que possa também conduzir suas próprias ações, mas este mecanismo torna também previsíveis suas próprias ações.

Assim, essa predisposição para atuar no jogo político faz com que os agentes sejam obrigados a desenvolverem comportamentos e representações específicas para permanecerem no campo, ou seja, é preciso que os agentes desenvolvam determinado habitus, aliás, este outro conceito também é correlacionado aos anteriores.

Segundo a concepção bourdiana, habitus “é um mecanismo estruturante que opera no interior dos agentes, é um princípio gerador de estratégias que permitem ao agente defrontar-se com situações muito diversas. Produto da interiorização de estruturas externas, o habitus reage às solicitações do campo de uma maneira grosseiramente coerente e sistemática.” (BOURDIEU; WACQUANT, 2004, p. 12)

Para se produzir uma reflexão à luz de Bourdieu, é preciso pensar quais são os comportamentos, ou melhor, as competências e habilidades necessárias na condução do jogo, num campo em que os diferentes agentes, com capital diferenciado, devem dispor para fazer parte do processo como também para conseguir manter suas posições e garantir, assim, os seus interesses no jogo mesmo diante de situações inesperadas.

Para Bonnewitz, em *Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu* (2003), a correlação que se estabelece entre as relações objetivas e os comportamentos individuais só podem ser superadas pelo conceito de habitus na medida em que os “agentes portadores do mesmo habitus não precisam entrar em acordo para agir da mesma

maneira.” (BONNEWITZ, 2003, p.86). Nas palavras do autor:

O habitus torna possível, assim, um conjunto de comportamentos e atitudes de acordo com os condicionamentos e, com isso, de acordo com as regularidades objetivas: o habitus produz uma exteriorização da interiorização. Essa exteriorização dos esquemas inconscientes de pensamento, de percepção e de ação permite aos agentes, através da ‘ilusão bem fundada’ da novidade e da livre espontaneidade, todos os pensamentos, percepções e ações de acordo com as regularidades objetivas e as relações de classe. O habitus de classe tem assim como consequência o fato de que os agentes se comportam de tal maneira que as relações objetivas entre classes se perpetuam (BONNEWITZ, 2003, p.88)

Este comportamento deve ser percebido pelo seu sentido ativo, pelo fato de que cada ação traz consigo o habitus. “A noção de habitus permite rearticular as noções aparentemente econômicas de capital, mercado, interesse, etc, por apresentar um modelo de ação profundamente diferente daquele da economia.” (SALLAS, 2004, p. 3)

Este aspecto social do habitus pode ser percebido através da análise do comportamento e de forma de articulação que os agentes produzem. Então, a questão levantada por Bourdieu promove mais uma visão mais clara da ação dos agentes no interior do campo, uma vez que suas ações fazem parte de uma estratégia política maior e que deve, obrigatoriamente, ser levada em conta para que o agente proteja sua própria permanência no jogo. Afinal, “todas as vezes que o habitus é confrontado às condições objetivas ou semelhantes aquelas que o produzem, ele é perfeitamente adaptado sem nenhum recurso de adaptação consciente e intencional, e podemos dizer que o efeito do habitus

é de alguma forma redundante com o efeito do campo.” (SALLAS, 2004, p. 7)

Esta visão também precisa articular-se com a previsibilidade e o cálculo das ações dos agentes, verificando as possíveis perdas e ganhos, na medida em que estes devem jogar de acordo com as regras do próprio jogo ou, então, criar regras (desde que sua posição permita) que estejam coerentes com o direcionamento que é dado no interior do campo. “O ajuste entre habitus e campo não é mais que uma forma possível de ação, mesmo que seja de longe a mais freqüente. As orientações sugeridas pelo habitus podem ser acompanhadas de cálculos e estratégias de ganhos e de benefícios que tendem a se colocar a um nível consciente as operações que o habitus orienta segundo sua própria lógica.” (SALLAS, 2004, p. 8)

Quanto ao comportamento dos agentes, entendido como resultado de um pensamento peculiar, Bourdieu enfatiza que no campo o habitus acaba adquirindo uma forma que requer traços específicos e que são desenvolvidos através de uma “preparação especial” como “o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre os profissionais.” (BOURDIEU, 2002, p. 169)

Segundo Bourdieu, “o conceito de *illusio* (...) procurou ressaltar que os interesses específicos surgidos na dinâmica do funcionamento de um campo produzem atores dotados de um sistema de disposições relativamente ajustado a esse espaço

social, sendo que a percepção dos interesses em jogo e perseguição destes se diferenciam em função da posição ocupada no interior desse espaço social.” (MARTINS, 1994, p. 181) Outro elemento relevante é a capacidade dos agentes assegurarem seus interesses pelas posições que ocupam no interior do jogo, daí a correlação com o conceito de *illusio*.

Para Bourdieu, o interesse no e pelo jogo se revela por “estar de acordo com um jogo social determinado que existe um acréscimo de sentido, que esses abonos (ganhos) são importantes e dignos de se possuir.” (SALLAS, 2004, p. 1) Aliás, sua idéia de sociedade não é unificada, pois a entende a partir da constituição de vários campos sociais, correlacionados e determinados pelos jogos de seus participantes.

Assim, temos conceitos correlacionados que procuram explicar o universo de possibilidades de ações dos indivíduos, não mais por uma estrutura rígida, mas dentro de uma dinâmica que confere aos sujeitos certa dinâmica em suas ações e, ao mesmo tempo, faz com que sejam, em certos momentos, levados pelas próprias condições já estabelecidas.

Este novo recorte epistemológico ressalta a capacidade de Bourdieu compreender temas já discutidos de uma forma diferente. A exemplo da questão da dominação, o autor a percebe através de aspectos mais insignificantes no que diz respeito às visões clássicas de análise, como a questão do gosto ou da própria vestimenta, permitindo que se torne capaz de promover o desvelamento da dominação

e suas mais diversas estratégias.

Dessa forma, pode-se dizer que Bourdieu não concebe a Sociologia como uma ciência unificada, mas passível de várias abordagens, abrindo espaço para várias interrogações as quais possam ser respondidas somente durante o momento da pesquisa, e não a priori. Concepção esta que “a reflexão epistemológica se torna um pré-requisito indispensável. Nesse sentido, Bourdieu milita por uma sociologia da sociologia, a fim de fazê-la progredir como ciência [dentro de suas rupturas com as abordagens tradicionais].” (BONNEWITZ, 2003, p. 33)

3. A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE PAU FEYERABEND

Paul K. Feyerabend nasceu em Viena, a 13 de janeiro de 1924 e o falecimento ocorreu em 1994. Sua vida acadêmica foi marcada por rupturas no mundo teórico e suas questões pessoais indicavam dificuldades no relacionamento com familiares, mesmo em meio aos seus quatro casamentos. Participou do exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial, cumprindo função militar entre os anos 1942 a 1945, período em que fora condecorado com a Cruz de Ferro.

No último ano de luta feriu-se com três tiros (um deles acertou a espinha e o deixou impotente) pelos russos durante a retirada das tropas nazistas no Leste. “Para mim, a ocupação alemã e a guerra que se seguiu foram um inconveniente, não um problema moral, e minhas reações vinham de estado

de espírito e circunstâncias acidentais, não de uma perspectiva bem definida.” (FEYERABEND, 1996, p. 47) Em 1943 sua mãe suicidou-se, mas a relação de ambos já se revelava fria e distante.

A relação com seu pai fora mais próxima, demonstrando admiração e até mesmo carinho, entretanto, as palavras finais de sua autobiografia deixam claro que seu universo familiar não tinha sido um mundo ideal.

Ao escrever seu último livro, *Matando o Tempo* (1996), Feyerabend promove um reencontro com seu passado, suas concepções teóricas e também com aqueles que marcaram sua trajetória.

Neste “acerto de contas” num tom que se poderia chamar de nelson-rodriguiano, retoma os principais acontecimentos de sua vida e procura compreender a relação dos fatos com seu próprio temperamento.

Assim, o referido livro se apresenta como uma obra significativa em que o autor destaca sua caminhada estudantil, sua carreira docente e os embates teóricos os quais o tornou conhecido pelas críticas travadas contra autores já reconhecidos e, ao mesmo tempo, contra a própria concepção tradicional de ciência.

Ao contrário de Bourdieu, que deixa a Filosofia para desenvolver seus estudos em Sociologia, Feyerabend afasta-se da Sociologia para direcionar suas forças à Filosofia.

Aliás, embora tenha sua formação na Física, onde estrutura sua base da ciência, é na Filosofia que destina sua vida acadêmica e o teor científico de

embate crítico de seus livros. Embora admita que a Filosofia surgira em sua vida por acaso, pois quando comprava pacotes de livros sobre teatro e canto, sempre apareciam obras nesta área, aproximando-se de autores como Descartes, Aristóteles, entre outros.

Na juventude participava de um coral misto, além de ser um grande admirador de ópera, onde, segundo ele, buscava uma forma de prazer. Em 1947, aproximou-se da Física, assistindo suas primeiras aulas com os principais físicos de Viena.

“Todos nós, homens e mulheres, éramos ‘cientistas’, e deste modo muito superiores aos estudantes de história, sociologia, literatura e outras coisas irrelevantes.” (FEYERABEND, 1996, p. 76)

Sua primeira concepção de ciência, ainda que redirecionada posteriormente, fundamentava-se na tese de que a “ciência é a base do conhecimento, a ciência é empírica, empreendimentos não empíricos são ou lógicos ou sem sentido. (...) Eu estava absolutamente seguro de que nenhuma outra explicação fazia sentido.” (FEYERABEND, 1996, p. 77)

Em 1948, conhece Karl Popper no Seminário Alpbach, na Áustria. Em 1949 participa de estudos de filosofia no Círculo Kraft, além de tê-lo como orientador de sua primeira dissertação. Feyerabend entra em contato com Wittgenstein e é aceito em Cambridge.

Com a morte de Wittgenstein, Popper torna-se seu supervisor e em 1951 defende seu Doutorado. No ano seguinte parte para a Inglaterra

para desenvolver suas pesquisas quanto ao método científico e dialoga novamente com Popper, conquanto, desta vez, com pensamentos que começavam a divergir de seu mestre. “De fato, eu sempre hesitava quando se tratava de fazer declarações de fé. Privadamente, e ainda mais em público.

O falsificacionismo, eu parecia dizer a mim mesmo, pode ser correto; mas porque eu deveria agir como se tratasse de um sacramento?” (FEYERABEND, 1996, p. 104)

Apesar do distanciamento epistemológico que se iniciara, Popper pediu prolongamento da bolsa de estudos de Feyerabend, mas este preferiu retornar à Viena em 1953.

Nesse período, continua estudando e sendo influenciado pelas idéias de Wittgenstein.

Em 1955 torna-se professor na Universidade Bristol, na Inglaterra, paralelamente escreve artigos importantes, e em 1959 torna-se professor permanente em Berkeley, depois de um período de experiência como professor visitante.

Durante a década de 60 continua desenvolvendo seus trabalhos quanto às teorias da Física e da Epistemologia Científica e, em 1969, consolida sua contradição teórica com Popper distanciando-se do empirismo e também se colocando contra as idéias de T. Khun.

Foi neste momento em que Feyerabend se autodesignou um “anarquista epistemológico”. A partir desta nova perspectiva aponta um outro entendimento sobre a Ciência:

A ciência e o senso comum não são tão simples, autônomos e impecáveis como supunham os críticos de suas superestruturas filosóficas, eu inclusive. Não há um senso comum, mas vários (...). Tampouco há somente uma forma de conhecimento – a ciência -, mas muitas outras e elas eram eficazes no sentido em que mantinham as pessoas vivas e tornavam compreensíveis suas existências. A própria ciência tem partes conflitantes com diferentes estratégias, resultados, ornamentos metafísicos. Ela é uma clonagem, não um sistema. (FEYERABEND, 1996, p. 150)

Em 1975 Feyerabend lança seu primeiro livro *Contra o Método*, obra em que consolida sua concepção divergente dos seus primeiros trabalhos e interlocutores. Este livro passa a ser criticado durante dois anos e os comentários realizados afetam sua saúde, acometendo-se de uma forte depressão, mas que o tornará mais persistente na defesa de seus pensamentos. Nos anos seguintes continua escrevendo e aprimorando sua vida docente.

Em 1978 lançou seu segundo livro, *Ciência em uma Sociedade Livre*, obra na qual continua defendendo o relativismo e a liberdade do pesquisador quanto à escolha de métodos e técnicas para compreensão de seu objeto.

No ano de 1984, lança *Ciência como uma Arte*, “afirmando que na história da ciência não há progressos e, sim, mudança.” (FEYERABEND, 2001, p.121). E, em 1987, consolida sua posição pluralista com o livro *Adeus à Razão*.

Num livro póstumo, *Diálogos sobre o conhecimento* (2001), em que são reunidos dois textos, o primeiro relata uma de suas aulas – Teeteto, ou Sobre o Conhecimento e, o segundo, se configura na apresentação de uma entrevista no momento em que Feyerabend estava se aposentando e aproveita

para se autoreferenciar como um não filósofo, mesmo que tenha sobrevivido financeiramente dando aulas de Filosofia.

A primeira parte da obra confirma mais uma vez sua ruptura epistemológica, ou seja, reflete sua posição anarquista uma vez que discute sobre os fundamentos da ciência e a importância do relativismo em meio a um diálogo, configurando numa simples aula de Filosofia, e não em forma de um texto técnico, com uma estrutura fechada e uma linguagem erudita.

Ao retomar suas principais questões teóricas e os conceitos que as sustentam, reforça seus argumentos para defendê-los em relação aos seus críticos mais acirrados. Dessa forma, o primeiro elemento que destaca é a importância do próprio diálogo e questionamento para a construção do conhecimento e da própria fundamentação da ciência, ou melhor, das ciências.

Assim, entende-se que a defesa da ciência que Feyerabend propõe seja uma ciência crítica, a qual não se descarta a presença da Filosofia, mas, ao contrário, a tem como sua unidade básica, permitindo várias possibilidades para uma apreensão mais verdadeira do que se está analisando. Em outras palavras, “a ciência pode ser caracterizada como aquilo que pode ser criticado.” (FEYERABEND, 2001, p.32)

Para o autor, o conhecimento é um fenômeno social, é construído e compreendido dentro de uma determinada realidade social, em meio a uma cultura específica, daí a necessidade de

relativismo para se pensar em conhecimento e em ciência. Dessa forma, retoma que “a tolerância do relativista presume que as pessoas toleradas tenham conseguido resultados por conta própria e hajam sobrevivendo graças a isso.” (FEYERABEND, 2001, p. 58)

Ao enfatizar a necessidade de transformar o padrão tradicional da ciência para algo que se traduza numa maior autonomia para o desenvolvimento do conhecimento, Feyerabend aponta que não pode existir uma ciência que seja, de fato, rígida e capaz de apreender tudo o que deseja porque possui regras e normas fixas, pois os juízos pessoais ficam suprimidos e encobertos pelo uso de teorias que se colocam como adequadas, corretas.

Neste ponto, tem-se a percepção de que Feyerabend também questiona a objetividade perseguida e pregada pela ciência tradicional. Afinal, “a ciência epistemológica é o resultado da pesquisa, não da observação de regras, e por isso não se pode julgar a ciência com base em abstratas regras epistemológicas, a menos que tais regras não sejam o resultado de uma prática epistemológica especial e constantemente mutante.” (FEYERABEND, 2001, p. 57)

No que diz respeito ao relativismo, o autor deixa claro a ideia de que a cultura produz um universo delimitado por barreiras que não podem ser penetradas, ainda que sejam fundadas por um novo tipo de conhecimento. Para Feyerabend, as culturas produzem explicações específicas, promovem suas próprias tendências históricas, as quais devem ser

respeitadas e reconhecidas pelos outros grupos na medida em que têm um fundamento em sua própria realidade. Assim, conforme aponta em exemplo, no campo teológico, argumentos puramente lógicos não teriam sentido, tão menos seriam capazes de quebrar tais barreiras.

Feyerabend enfatiza que seu pensamento anárquico não é uma nova doutrina rígida da ciência, mas é um modo de pensar e viver independente da disciplina. Para alguém que anteriormente considerava a ciência como a única forma de conhecimento coerente, a mudança é drástica.

Afinal, passa a conceber não mais uma vertente monolítica, mas estabelece a possibilidade de várias ciências. “Os discursos muito ‘racionalis’, ou seja, expurgados de emoção, danificam as sutis conexões que existem entre o conhecimento, a sensibilidade, a ação, a esperança, o amor e os fragmentos da nossa vida.” (FEYERABEND, 2001, p. 82)

Diante deste pressuposto, defende a liberdade do pesquisador frente à experiência, daí a possibilidade de se adotar práticas de pesquisa que sejam visíveis para o objeto e não para o cumprimento de padrões e doutrinas científicas.

“Com Feyerabend pode-se dizer que o que existem são padrões que auxiliam o cientista na avaliação da situação histórica em que ele toma decisões – e não regras que lhe digam o que fazer.” (COUTO, 1999, p. 7) Ao adotar a máxima do “vale tudo”, pressupõe que devam existir várias

formas de se compreender a realidade, podendo ser legítimo a existência de várias ciências, cada uma reconhecendo seus métodos e técnicas, suas próprias regras para dar conta de sua própria realidade.

Divergindo-se do modelo racionalista, onde se buscam leis que asseguram a compreensão total de um fenômeno, o princípio também da universalização do conhecimento passa a ser descartado por Feyerabend.

A essa afirmação de ausência de limites na pesquisa e na investigação científica que Feyerabend se autodenomina “anarquista epistemológico”, pois apresenta seus argumentos como uma alternativa cujo objetivo era o alcance do humanismo e da liberdade intelectual.

Para ele, a autonomia do pesquisador se sustenta pelo fato de que o conhecimento deve ser analisado a partir de seu próprio contexto, o qual é formado por suas próprias regras durante o andamento do processo de pesquisa e não pelas determinações exteriores, impostas por padrões rígidos que tenham como único objetivo legitimar o referido conhecimento.

Para Feyerabend, “o que temos é apenas um processo de investigação e, paralelamente, toda uma série de métodos práticos que se adaptam à situação em presença.” (COUTO, 1999, p. 2)

Nesta nova concepção, a ciência não deixa de ter importância para produção de conhecimento, tão pouco se torna irrelevante para o desenvolvimento do progresso, mas passa a ser

vista como uma das várias formas de conhecimento existente, onde, internamente devem ser respeitadas suas particularidades, não sendo mais capaz de apreender de forma totalizante a realidade.

Quanto à razão, passa a ser mais uma tradição, do que um pressuposto científico. Para ele, “não existe nenhuma definição de ciência que se estenda a todos os desenvolvimentos possíveis, e não há qualquer forma de vida que não possa absorver radicalmente situações novas.” (FEYERABEND, 2001, p. 104)

Nesta perspectiva, o pluralismo metodológico é que possibilita a dinâmica da ciência, bem como seu “progresso”. Ante esse argumento, apresenta a postura de Galileu Galilei que, com uma prática distinta das demais e uma coragem de desafiar as regras até então estabelecidas, foi capaz de produzir uma revolução científica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos o presente texto, reconhecemos que nosso exercício não se coloca como algo de fácil compreensão num primeiro momento, mas traduz o esforço de reconhecimento de perceber e sentir a Ciência e, mais precisamente a Sociologia, enquanto uma ciência dinâmica que pode ser reconstruída a cada reflexão sem deixar de lado sua eficácia teórico/prática na apreensão das questões sociais.

Afinal, conforme nos inscreve o próprio Pierre Bourdieu, a “tarefa da sociologia é a [de] desnaturalizar e de desfatalizar o mundo social, de

destruir os mitos que habilitam ao exercício do poder e da dominação.” (BOURDIEU; WACQUANT, 2004)

As ideias desenvolvidas por Bourdieu e Feyerabend não deixam dúvidas de que a ciência é uma busca contínua, de que a cada momento o investigador deve “reinventar” novas regras, novas possibilidades para relacionar a ciência com as teorias, com as novas modalidades de observações e com os conhecimentos já alcançados.

Mas isso não significa que a Ciência, ou particularmente a Sociologia, não tenham sua especificidade, ao contrário, devem ser consideradas dentro de seu respectivo contexto histórico. Assim, demonstram que pela presença inesgotável de superação do modo de produzir conhecimento, tanto Bourdieu como Feyerabend, estabelecem que todo aparato teórico/metodológico possuem seus próprios limites, bem como a própria capacidade humana em não produzir em não produzir verdades que sejam absolutas.

Mesmo pelo fato de se conceber que o rigor metodológico deva ser flexibilizado e/ou repensado, há que se levar em conta quais são os pressupostos adotados, suas teorias, metodologias, para que a ciência produzida se constitua como uma forma de conhecimento legítima.

Afinal, mesmo não existindo uma racionalidade global, o cientista não deve proceder sem o uso de regras nem critérios, pois são estes que também fazem parte de desenvolvimento científico e resultam na função de resguardar as sociedades

de afirmações enganosas e desvalidas. O objetivo final, sobretudo, deve ser a preservação da ética, independente do que se está pesquisando.

São as ausências e as lacunas intrínsecas a cada campo de conhecimento que permitem o avanço para novas descobertas, novos debates, novas teorias; enfim, novas possibilidades epistemológicas como é o caso da sociologia e da ciência em geral.

Assim, ambos autores destacam que a construção de regras deve ser realizadas no momento da pesquisa, conforme a necessidade e critérios do próprio pesquisador, sendo capazes de adaptarem seu olhar a realidades e culturas diferentes.

Conquanto, a realidade social é extremamente complexa e não pode ser reduzida, quando explicada, a um corpo teórico que pretenda responder todas as suas questões.

Se pensarmos no caso da Sociologia, Durkheim, Weber e Marx também um dia foram promotores de novas explicações mesmo que, para alguns, hoje aparentemente grande parte de suas explicações foram superadas no campo das Ciências Sociais (ainda que tenham grande relevância); assim como também serão às de Bourdieu e Feyerabend, fato este que retrata a própria essência da Ciência, que é a superação e busca incessante de novos conhecimentos e novas formas de explicá-los.

REFERÊNCIAS

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Os usos e sociais da ciência: por um sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. **A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista**. In: ZIZEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-277.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, A. L. **Réponses**. Tradução de Anna Luisa Fayet Sallas, Texto não publicado, 2004.

COUTO, L. F. **Feyerabend e a máxima do “Vale Tudo”: a necessidade de se adotar múltiplas possibilidades de metodologia no construção de teorias científicas**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, v.12, n. 3, Porto Alegre, 1999.

FEYERABEND, Paul K. **Diálogos sobre o conhecimento**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Matando o tempo: uma autobiografia**. São Paulo: UNESP, 1996. (Coleção Prismas).

MARTINS, C. B. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 26, ano 9, p. 179-181, outubro de 1994. **Resenha de: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Editions du Seuil, 1992.

SALLAS, Ana L. F. **Habitus, illusio e racionalidade**. Tradução de Ana L. F. Sallas. Texto não publicado, 2004.

WACQUANT, L. J. D. **O legado de Pierre: duas dimensões e uma nota pessoal**. Revista de Sociologia e Política, n. 9, Curitiba, 2002.

Artigo submetido em: 31.10.2013

Artigo aceito para publicação em: 02.09.2014